

Organização produtiva da pesca oceânica artesanal em São João da Barra – RJ

Productive organization of ocean artisan fishing in Sao Joao da Barra, RJ

Alcimar das Chagas Ribeiro*

Luciana Silva Boden**

Este artigo investiga as relações econômicas oriundas da pesca artesanal no município de São João da Barra – RJ a partir da estrutura conceitual de cadeias produtivas, de maneira a entender os níveis de interação entre os diversos atores e os respectivos reflexos no contexto da competitividade. A pesquisa, de cunho qualitativo e exploratório, utiliza o método da pesquisa-ação e busca a identificação dos reais problemas que deprimem a atividade e, fundamentalmente, a identificação das possíveis alternativas de regularização. Tal esforço se justifica em função da relevância histórica e econômica da atividade que, nos últimos anos, vem sofrendo uma forte depressão.

This paper discusses the economic relations found in artisan fishing in the municipality of São João da Barra, RJ, based on the conceptual structure of supply chains, in order to understand the levels of interaction among the different actors, and how this reflects in their competitiveness. The qualitative and exploratory survey was carried by using the action research methodology aiming at the identification of the real problems that weakens the activity and, more specifically, possible regulation alternatives. Such effort is justified by the historical and economic importance of such activity which, in recent years, has suffered a severe depression.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Cadeias produtivas. Pesquisa-Ação. Desenvolvimento local.

Key words: Artisan fishing. Supply chains. Action research. Local development.

Introdução

A pesca artesanal é caracterizada principalmente pela mão de obra familiar. Sua área de atuação está nas proximidades da costa, nos rios e nas lagoas. Os equipamentos variam de acordo com a espécie a se capturar (rede de cerco, emalhe, arrasto simples, arrasto duplo, tarrafa, armadilhas, linha e anzol entre outras). A sua realização se dá única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador. Nela a participação do homem em todas as etapas de manipulação dos implementos e do produto é total, ou quase total, prescindindo-se de tração mecânica no lançamento, recolhimento e levantamento das redes ou demais implementos.

Baseada nos conhecimentos transmitidos aos pescadores por seus ancestrais,

* Doutor em Engenharia de Produção. Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil. E-mail: alcimar@uenf.br.

** Aluna de Engenharia de Produção da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil. E-mail: lu_boden@yahoo.com.br.

pelos mais velhos da comunidade ou pela interação com os companheiros do ofício, a pesca artesanal é sempre realizada em embarcações pequenas (barcos, botes e canoas) a remo ou a vela ou mesmo motorizadas, sem instrumentos de apoio à navegação, contando para a operação tão somente a experiência, o saber adquirido e a capacidade de observação dos astros, dos ventos e das marés. Não se apoia na grande produção ou na estocagem.

Devido à relevância histórica que a pesca artesanal possui no município de São João da Barra, o presente artigo vem demonstrar a forma de organização dos pescadores artesanais do município e examinar os reais problemas que levam ao declínio da atividade.

A pesca artesanal no Brasil

A pesca artesanal brasileira representa um modo de vida das populações costeiras. Sua dimensão, segundo o IBAMA, representa em torno de 55% do peixe consumido internamente. Esta atividade, de fundamental importância no processo de geração de trabalho e renda, depende fundamentalmente de políticas públicas que são raras e quase sempre com baixa eficiência. Neste contexto, observam-se muitos problemas. A precariedade de estatísticas pode ser considerada como um problema crucial. Sem o real conhecimento da atividade, qualquer planejamento de políticas assim como decisões importantes ficam dificultados.

À luz de toda dificuldade, por estimativas feitas pelo IBAMA em diversas publicações, aproximam-se de 800 mil os pescadores que vivem diretamente da pesca no Brasil, o que representa um envolvimento de dois milhões de pessoas, num país de dimensão continental, porém com fortes diferenças regionais.

Esses pescadores estão “teoricamente” organizados em colônias de pesca, criadas a partir de 1919 pela Marinha. Na verdade, o objetivo da criação dessas organizações foi centrado na possibilidade de relacionar os pescadores e comunidades pesqueiras para eventuais necessidades bélicas. A constatação corrente é que essas organizações não cumprem um efetivo esforço de organização da classe pescadora e, na maioria das vezes, estão envolvidas com outros interesses que não contribuem para melhorar a condição de vida desses indivíduos. Estima-se que podem existir 600 colônias de pesca no Brasil.

Em relação ao volume de pescado nacional, as estatísticas, segundo IBGE e IBAMA, indicam a produção de um milhão de toneladas de pescado ano, distribuído da seguinte forma: 24,5% de pesca industrial; 50,1% de pesca artesanal e 25% relativa à aquicultura.

Os estoques pesqueiros apresentam uma situação bastante delicada que pode ser verificada à luz das dificuldades vividas pelas regiões em todo o país. Na região norte 3% das pescarias estão em colapso, na região nordeste, são 12%, na região sudeste, 29% e na região sul 32% das pescarias estão colapsadas.

A região sudeste

A região sudeste, onde está localizado o objeto do presente trabalho, vem apresentando diminuição crescente no desembarque pesqueiro, sendo o camarão sete-barbas o recurso dominante nas estatísticas. Outras espécies importantes da pesca artesanal, tais como sardinha, manjuba, tainha, corvina e cavalinha, também seguem a mesma trajetória.

Embora a região apresente uma produção acima de seu potencial estimado, acredita-se que 10% das espécies economicamente importantes, apresentam seus estoques em diminuição ou já colapsados.

Caracterização da atividade em São João da Barra

A pesca no município de São João da Barra tem característica artesanal e opera com um quantitativo aproximado de trezentos e cinquenta barcos com tamanho médio de doze metros de comprimento e capacidade individual de, aproximadamente, quatro toneladas. A frota apresenta idade média bastante avançada, talvez bem próxima da frota brasileira, ou seja, em torno de vinte anos de vida. A força de trabalho equivale a, aproximadamente, mil e quinhentos pescadores profissionais que atuam nas modalidades de pesca de caída, pesca de camarão, pesca de plataforma e pesca de peruá. Completa essa estrutura um conjunto de cinco estaleiros que desenvolvem suas atividades artesanalmente. Desses estaleiros, quatro atuam na construção de barcos e um opera somente em serviços de reparos gerais. Outros negócios complementares, como fornecimento de insumos para abastecimento das embarcações; comércio de madeiras; serviços de reparo em redes e pequenos comércios de apetrechos em geral se estruturam no entorno dessa configuração produtiva, de forma a manter o seu funcionamento.

A pesca no município é de fundamental importância para a população por diversos aspectos. Historicamente, a atividade se confunde com o próprio processo de colonização que teve seu início no ano de 1622. Nesse ano, um grupo de pescadores, oriundos de Cabo Frio, ali encontrou um ambiente propício para o desenvolvimento da atividade (OSCAR, 1999; SÁ, 1999). Conforme Oscar (op. cit.), São João da Barra é a única cidade fluminense fundada, exclusivamente, por pescadores. Desta forma, pode-se afirmar tratar-se de um negócio que está cristalizado na cultura do próprio povo. Como em outras regiões litorâneas do Brasil, tal empreendimento é muito mais do que uma atividade econômica. Pode-se considerar a materialização de um modo de vida profundamente arraigado na longa história dos povoamentos costeiros. Essa antiga atividade, representada pela interação entre os recursos naturais e as competências desenvolvidas pelos que vivem ao longo da costa, tem possibilitado a sobrevivência de inúmeras famílias. A Figura 1 a seguir, apresenta indicadores importantes da decadência do desembarque pesqueiro na costa de São João da Barra.

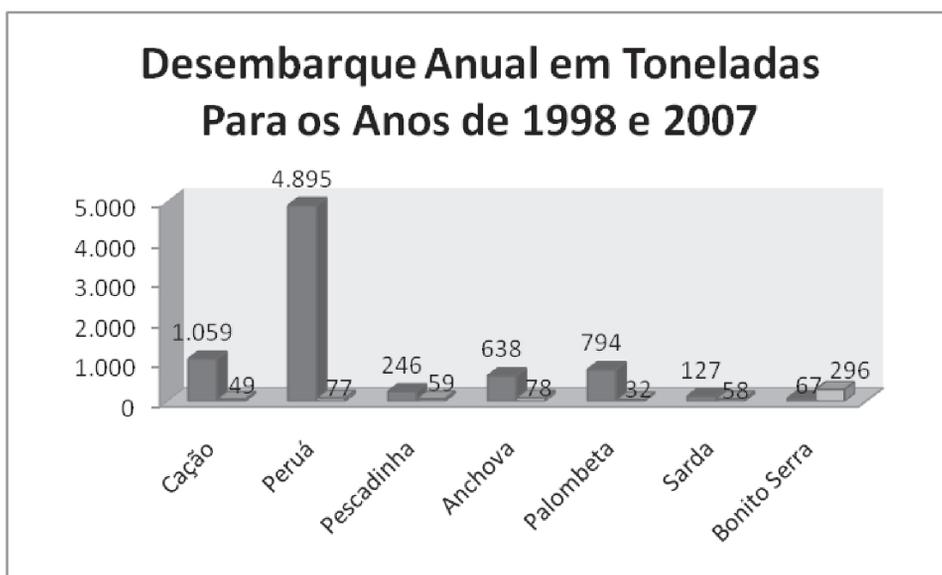


Figura 1 – Desembarque anual em toneladas, por espécie, para os anos de 1998 e 2007

Fonte: PMSJB

Cadeias produtivas: estrutura conceitual

O uso do instrumental de cadeias produtivas é importante para um melhor entendimento do processo que define as interações comerciais neste setor produtivo. Segundo Batalha (1997), a origem do conceito de cadeia de produção é a escola industrial francesa. Ainda, segundo o autor, pode-se encontrar na literatura um grande número de definições, dentre as quais, as de Morvan (1988 apud BATALHA, 1997), que estrutura o conceito através das seguintes ideias:

- A cadeia de produção é uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de serem separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico;
- A cadeia de produção é também um conjunto de relações comerciais e financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transformação, um fluxo de troca, situado de montante a jusante, entre fornecedores e clientes;
- A cadeia de produção é um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das operações.

Já Castro et al. (1999 apud MOREIRA, 2010) explicam que os componentes das cadeias produtivas podem ter atitudes cooperativas ou conflituosas, que muitos fatores estão relacionados a esse comportamento, porém, cada uma dessas atitudes prevalece dependendo do grau de coordenação que cada cadeia apresenta. Para os autores a coordenação da cadeia é um dos pontos mais importantes para se alcançar

sucesso e eficiência, sendo que cadeias bem coordenadas conseguem suprir o mercado consumidor com produtos de boa qualidade, de forma mais competitiva e sustentável. Já nas cadeias não coordenadas, compostas por conflitos não negociados entre seus componentes, a falta de organização e informação as fragiliza e faz com que percam competitividade e sustentabilidade.

Da Silva (2005) identificou cinco elementos principais em uma cadeia produtiva de produtos agrícolas: fornecedores de insumos, agricultores, processadores, comerciantes atacadistas, comerciantes varejistas e consumidor. Destaca, também, os fluxos de mercadorias e capital. Ele explica situações que seguem desde a aplicação do conceito de cadeia produtiva, passa ainda por elementos importantes para o estudo das cadeias, formatação, gerenciamento e, finalmente, faz considerações importantes sobre a inserção de empreendimentos em uma cadeia produtiva.

Para o autor, os envolvidos no sistema cadeia produtiva estão normalmente sujeitos à influência de dois ambientes: o institucional e o organizacional. Por definição, o ambiente institucional se refere aos conjuntos de leis ambientais, trabalhistas, tributárias e comerciais, bem como, às normas e padrões de comercialização. Portanto, são instrumentos que regulam as transações comerciais e trabalhistas. Já o ambiente organizacional é estruturado por entidades na área de influência da cadeia produtiva, tais como agências de fiscalização ambiental, agências de crédito, universidades, centros de pesquisa e agências credenciadoras.

Neste caso, Da Silva (2005) também indica que o entendimento do conceito de cadeia produtiva possibilita visualizar a cadeia de forma integral; identificar as potencialidades e debilidades; motivar o estabelecimento de cooperação técnica; identificar gargalos e elementos faltantes e certificar os fatores condicionantes de competitividade em cada segmento.

Assim, alguns elementos são fundamentais no contexto da cadeia produtiva. Para o seu estudo, análise, planejamento e gerenciamento, é importante o entendimento dos seguintes conceitos: sistema, logística e engenharia de sistemas, além da necessária prática de cooperação entre os segmentos e elementos da cadeia. Esta é a ferramenta mais eficaz para o sucesso no mercado interno e externo, ou seja, quanto mais efetiva é a cooperação, maior presença de mercado e competitividade são estabelecidas.

Segundo o autor, especificamente no caso de produtos de origem vegetal, a cadeia produtiva pode ser visualizada como a ligação e a inter-relação de vários elementos que seguem uma lógica, para ofertar esses produtos ao mercado de *commodities agrícolas in natura* ou processados.

Slack et al. (2002) em sua discussão sobre Projeto de Rede de Operações Produtivas, orientam para três estratégias importantes na concepção de estrutura de rede. Primeiro, a própria estratégia, como elemento de entendimento para a empresa competir mais efetivamente (ter os clientes e fornecedores como principal preocupação). Segundo, a importância da identificação de nós significativos (identificar as partes da

rede que contribuem para os objetivos de desempenho valorizados pelos consumidores finais) e terceiro, a condição alcançada pela empresa de poder focalizar uma perspectiva de longo prazo (conhecer a capacidade de produção de cada operação da parte da rede pertencente à empresa ao longo do tempo).

Complementa que, no lado do fornecimento, há um grupo de operações que fornecem diretamente para o processo de operação; esses, em geral, são chamados fornecedores de “primeira camada”. São supridos por fornecedores de segunda camada. Alguns fornecedores de segunda camada podem, entretanto, suprir a operação diretamente, contornando um elo da rede. Analogamente, no lado da demanda da rede, os clientes da “primeira camada” são o principal grupo de clientes da operação produtiva.

Os fornecedores e clientes que têm contato direto com uma operação são denominados de *rede imediata de suprimento*, enquanto todas as operações que formam rede de fornecedores de fornecedores e clientes de clientes etc. são chamadas de rede total de suprimentos.

Em seu nível mais estratégico, a atividade de projeto em administração de produção deve incluir toda a rede da qual a operação faz parte.

A chave para entender redes de suprimentos consiste na identificação das partes de rede que contribuem para os objetivos de desempenho valorizados pelos consumidores finais. Todas as análises de rede devem começar, portanto, com uma compreensão do lado “a jusante” da rede.

Outra abordagem importante feita por Slack et al. (2002) diz respeito à integração vertical. O termo se refere ao grau e à extensão de propriedade que uma organização tem da rede da qual faz parte. Em sentido estratégico, envolve a análise, pela organização, da conveniência de adquirir fornecedores e/ou clientes. No nível de produtos ou serviços individuais, significa que a operação está decidindo se produz um componente individual específico, ou se ela mesma realiza um serviço específico, ou alternativamente, compra-o de um fornecedor.

A estratégia de expandir-se para o lado do fornecimento da rede às vezes é chamada de integração vertical a montante (upstream), ou para trás, e a de expandir-se para o lado da demanda é, às vezes, chamada integração vertical a jusante (downstream), ou para frente.

O equilíbrio da rede de uma organização consiste em observar o nível da capacidade de cada etapa necessária à etapa seguinte. Assim, um relacionamento de rede totalmente balanceado é aquele no qual uma etapa produz somente para a próxima e satisfaz totalmente suas exigências.

A questão de integração vertical a que todas as organizações devem responder é relativamente simples. As vantagens que uma integração vertical confere, dado um conjunto particular de circunstâncias de uma organização, atendem aos objetivos de desempenho necessários para ela competir mais efetivamente em seus mercados.

Para que a rede opere eficientemente, todas as suas etapas devem ter a mesma capacidade. Se possuírem capacidades diferentes, a capacidade total será a de seu elo mais lento. Assim, a capacidade de uma organização dependerá de sua visão sobre a demanda atual e futura.

Influências importantes sobre essas decisões incluem os conceitos de economia e deseconomia de escala, flexibilidade de suprimento e as implicações de lucro e fluxo de caixa das mudanças de capacidade, sobre o volume da capacidade que uma operação planeja ter.

Miles e Snow (2007) investigaram a evolução do conceito de cadeia de suprimento ao longo das últimas três décadas. A análise foi dividida em três períodos. No primeiro, o foco principal foi na forma de tornar as operações mais eficientes em toda a cadeia de produção. No segundo período, o foco foi deslocado da eficiência para a eficácia, onde as empresas líderes começam a incorporar as ideias e conhecimento de seus fornecedores e parceiros na gestão da cadeia de abastecimento. No período atual, algumas empresas estão começando a explorar como as cadeias de abastecimento podem ser entendidas por indústrias, além de operar de forma eficiente e eficaz, através de redes de organização multiempresa centrada na capacidade de partilhar conhecimento e aplicação. Ao contrário, inicialmente, era centrada na eficaz circulação restrita de mercadorias entre empresas dentro de uma indústria.

O quadro a seguir sistematiza as fases compreendidas na perspectiva teórica e os respectivos resultados.

Quadro 1 – Principais resultados da investigação sobre cadeias de abastecimento a partir de diferentes perspectivas teóricas

Perspectivas Teóricas	Resultado da Pesquisa
Escolha estratégica	Interligando as empresas especialistas com estratégias complementares e capacidades de cada um dos grandes concorrentes em uma indústria, é possível criar uma cadeia de abastecimento própria. Globalmente o desempenho da indústria melhora, pois cada cadeia de suprimento torna-se mais eficiente.
Visão baseada em recursos	Ao incorporar as ideias e conhecimentos dos seus parceiros da cadeia de abastecimento, as empresas podem conduzir direto a rede para inovação, bem como para a redução de custos. Globalmente, a indústria pode ser inovadora e eficiente.
Conhecimento e gerenciamento	No futuro, agrupamentos de empresas em mercados complementares irão formar redes de colaboração em que o conhecimento é criado e compartilhado para fins comerciais. Essas organizações multiempresa de rede serão capazes de perseguir estratégias de inovação contínua para crescer no mercado.

Fonte: Miles e Snow (2007)

Verificações empíricas sobre o funcionamento da cadeia produtiva pesqueira no Brasil

Santos (2005) analisa a cadeia produtiva da pesca artesanal no Pará, a partir da investigação em sete municípios localizados no nordeste do estado, os quais respondem por 25% de toda a produção pesqueira. Os resultados alcançados pelo autor apresentam indicações sobre a importância da atividade e a sua relevância no contexto nacional nos quesitos produção e exportação. Também identifica as características socioeconômicas, tecnológicas e produtivas; as relações de comercialização e análises da dimensão institucional e organizacional da cadeia produtiva com ênfase na organização social, assistência técnica e acesso ao crédito. A conclusão do autor permite um entendimento de que a atividade pesqueira cumpre um importante papel na economia do Pará, maior produtor do país, além de representar relevantes fontes de ocupação de mão de obra, geração de alimentos e renda. Entretanto, a importância da atividade contrasta com diversos problemas: o nível de organização social dos pescadores, por exemplo, é problemático, mesmo com a existência de colônias de pesca. Nesse caso, o nível de participação das colônias é insuficiente. Outros aspectos verificados foram a falta de assistência técnica aos pescadores e o difícil acesso ao crédito. Foi identificado um padrão de inadimplência importante, ocasionado pela redução do resultado do trabalho do pescador. Tal fato surge em função das relações estabelecidas para o processo comercial que sempre fragiliza os principais atores produtivos, os pescadores. A invasão de embarcações da indústria pesqueira representou outro gargalo, já que costumam criar desequilíbrios no estoque pesqueiro. Esse elemento associado à facilidade de entrada de novos pescadores completa o elenco de problemas que obrigam à reflexão sobre a atividade.

Cardoso et al. (2007) estruturam a sua análise de organização produtiva em cadeia, a partir da demanda local de pescado no município de Santa Maria. Os autores identificam as cadeias produtivas do produto e seus distintos espaços geográficos articulados. A investigação partiu do levantamento da estrutura de comercialização em suas diversas formas de distribuição à população e avançou para as outras fases a montante: espaços de produção nacional e importação; suprimento e aproveitamento dos resíduos para ração. Os autores indicaram fragilidade no que diz respeito à estatística confiável sobre a atividade e lançaram mão de pesquisas de campo, indicações de consumo médio no Brasil considerado pelo IBGE e da metodologia de consumo aparente utilizado para estabelecer consumo de pescado no país. Concluíram que existe no município uma diversidade de comércio com condições diferenciadas para negociar o pescado. Desde grandes supermercados até pequenas peixarias, as quais apresentam certa dificuldade quanto ao poder de barganha na aquisição dos produtos. Uma prática observada pela pesquisa é a formação de redes envolvendo pequenos mercados de bairros que instituem uma central de compras de forma a melhorar o poder competitivo de cada unidade

independente. Desta forma, os autores consideraram importante mapear os elos e nós da geografia econômica do pescado e puderam identificar as etapas da cadeia produtiva a partir do consumo local, passando para as fases a montante: pesca extrativa, suprimento e aproveitamento dos resíduos. Outros resultados como a identificação do consumo médio local na faixa de 0,85 a 1,07 kg/hab/ano e dos fluxos econômicos internos, oriundos das regiões sul e sudeste e externos, oriundos do Chile, Uruguai e Europa, completam a análise dos autores.

Aspectos metodológicos

A metodologia utilizada neste trabalho apresenta natureza exploratória, cujo objetivo é ajudar a compreender e mapear o perfil da estrutura pesqueira em São João da Barra. A sua utilização é indicada para os casos onde há necessidade de maior precisão na definição do problema, de forma a identificar ações relevantes ou obter dados adicionais. O processo de pesquisa consiste na aplicação de questionários e entrevistas com os diversos atores envolvidos no setor.

A base metodológica se assenta na metodologia da Pesquisa-Ação (THIOLLENT, 2002), a qual se caracteriza como uma pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, condição em que os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Segundo considerações do autor, os principais aspectos intrínsecos à pesquisa-ação são: (a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada; (b) dessa interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação correta; (c) o objeto da situação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação; (d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver, ou pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada; (e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação; (f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o “nível de consciência” das pessoas e grupos considerados.

Resultado da Pesquisa

A presente investigação, visando entender a organização produtiva da pesca artesanal em São João da Barra e seus desdobramentos econômicos, ocorreu em etapas

denominadas: encontros de campo, fórum de avaliação e seminários.

Os resultados da pesquisa sobre a organização produtiva da pesca artesanal nesse litoral e seus desdobramentos econômicos, resultantes da interação entre pesquisadores e interessados, expuseram uma realidade crítica e de pessimistas expectativas em relação ao futuro da atividade.

Nos dois primeiros encontros as marisqueiras, denominação dada às esposas de pescadores que trabalham com peixe, compuseram o grupo de interessados, totalizando quarenta e cinco mulheres. A visão consensual do grupo indicou prontamente a grande dificuldade de trabalho na localidade. As mulheres presentes ao encontro foram bem incisivas na afirmativa de que precisam trabalhar para ajudar os seus maridos, cuja renda da pesca se reduz a cada dia. Ficou muito clara a posição dessas mulheres, no sentido de que a parcela de tempo ociosa de que dispunham poderia ser utilizada, produtivamente, para ajudar no orçamento familiar, de forma a melhorar a sua qualidade de vida.

As colocações consensuais sobre a fragilidade da oferta de trabalho levaram à exposição de um conjunto de habilidades significativas daquela força produtiva inexplorada. Naquela comunidade podem-se identificar grupo de mulheres com conhecimento na produção de artesanatos a partir da palha, jornal e elementos oriundos do mar; grupo de mulheres com conhecimento na produção de redes de pesca e um terceiro grupo de mulheres com conhecimento no processamento do pescado (hambúguer, linguiça etc.).

Foram relatadas algumas experiências, as quais não conseguiram evoluir com êxito, em diferentes ocasiões. Segundo percepção geral, essas habilidades não são orientadas de forma planejada, o que permite que as atividades iniciadas acabem sofrendo interrupção, seja por falta de apoio institucional, gerencial ou financeiro. Para essas interessadas, “não existe nenhum apoio voltado para a divulgação e ou comercialização dos bens por elas elaborados localmente”. Acrescentam que o que normalmente ocorre, em certos períodos, são algumas ações isoladas do poder público, como cursos rápidos de artesanato (muitas vezes fora do foco local), curso para o processamento de pescado, sem as condições necessárias de estrutura e sem a possibilidade de continuidade.

Foi também observado que existe uma clara noção entre essas mulheres de que somente a habilidade de cada uma, individualmente, não constitui fator competitivo de inserção no mercado. O grupo entende que somente através da atuação por um processo associativo poderá mudar a presente realidade em função, exatamente, da possibilidade da obtenção de receita complementar, tão significativa para as suas famílias. Segundo afirmativa, noventa por cento dessas mulheres desenvolvem algum tipo de trabalho, normalmente muito precário, como descascar camarão para os comerciantes a um rendimento ínfimo.

Entretanto, a percepção positiva para o trabalho associativo deixa transparecer uma ponta de decepção pela forma com que normalmente é proposta a constituição de uma cooperativa ou outra forma de organização similar. Existe um entendimento

na comunidade de que propostas dessa natureza têm sido encaminhadas pelo poder público, em períodos anteriores, sem que tivessem apresentado uma evolução mais promissora. Em algumas ocasiões, ações de cima para baixo envolveram grupos de pessoas na organização de movimentos associativos, cujos resultados foram desastrosos. Essas experiências negativas têm dificultado a ação de novos movimentos mais coesos que esboçam algumas iniciativas na base, já que as pessoas costumam previamente olhar com desconfiança, sempre lembrando o passado.

Os quatro encontros de campo seguintes foram realizados com os pescadores em seu espaço de trabalho, lugar onde realizam a manutenção de suas redes e de suas embarcações quando estão em terra, além de usar os mesmos espaços para o descanso e o lazer. Os processos de abordagem possibilitaram interação com cinquenta e oito pescadores, os quais apresentaram um quadro da realidade bastante coeso, sem maiores divergências.

Na indicação dos problemas mais contundentes que dificultam a atividade, os pescadores relataram, prontamente, a questão relacionada à operação de grandes barcos oriundos, especialmente, de Santa Catarina e Santos na costa do município. Segundo os pescadores, essas embarcações utilizam redes de malha muito fina, as quais são movimentadas mecanicamente, permitindo uma maior capacidade no processo de arrasto do pescado tanto na fase adulta, quanto ainda em diversos tamanhos bem pequenos, fora do padrão de comercialização. Na verdade essas embarcações pescam para indústrias que detêm grande capacidade de processamento, as quais têm tecnologias para um bom aproveitamento desses recursos pesqueiros.

No calor da discussão, uma denúncia muito séria ainda foi feita pelos pescadores presentes. Segundo eles, existem pescadores locais que atuam auxiliando esses grandes barcos, indicando locais com potencial existência de cardumes importantes, em troca do abastecimento do seu pequeno barco. Esta ação permite que os pequenos barcos locais completem a sua carga com o mínimo de esforço em um tempo bastante pequeno, permitindo sua volta à casa de forma muito mais cômoda.

Mais uma vez o sentimento associativista veio à tona, quando a discussão chega ao limiar da reflexão sobre o que fazer para resolver esses problemas. As respostas convergem para o necessário esforço de fortalecimento do conjunto de pescadores no processo relacional com o mercado e no contexto institucional. Ficou clara a ideia da relevância da cooperação. Entretanto, conforme afirmativa de um dos pescadores existe certo medo do termo cooperativa em função, exatamente, de uma experiência no passado, quando foi criada uma cooperativa orientada de “cima para baixo”, envolvendo pessoas de fora do município na coordenação de todo o processo. Nesta organização, o pescador não exercia um papel relevante. Segundo a indicação dos presentes, os verdadeiros responsáveis pelo produto do negócio, os pescadores, representavam simplesmente um instrumento para atender interesses desses elementos estranhos à comunidade. Justificaram que os pescadores na época eram quase todos analfabetos,

portanto, diferentes do quadro atual, já que o nível de escolaridade desses trabalhadores é bem melhor.

Relataram a existência da Colônia de Pesca Z2, em funcionamento no local. Consensualmente, indicaram que é importante o fortalecimento dessa associação para a atividade como um todo. Entretanto, para esses atores, existe na organização um forte componente político em seu gerenciamento, o que não é bom. Afirmaram que o ideal seria que a colônia optasse por um gerenciamento mais profissional, de forma que ela pudesse cumprir o seu papel com mais eficiência. Indicaram que o ambiente é propício, já que a Federação, como instituição de representatividade nacional, tem dedicado apoio ao fortalecimento dessas unidades locais, visando possibilitar uma melhor condição de vida aos pescadores artesanais.

Segundo entendimento do grupo, a Colônia de Pesca fortalecida poderia possibilitar o atendimento a uma fase crítica da atividade que é o suprimento para o ato de pesca. A etapa que precede a saída do barco para atuação nas diversas modalidades de pesca no mar envolve um volume substancial de recursos para a aquisição de óleo combustível, gás envasado, alimentação, redes e outros apetrechos, os quais não estão, normalmente, disponíveis para os pescadores. Neste caso, a prática operativa apresenta o seguinte funcionamento: três frigoríficos proprietários do capital (embarcação, apetrechos e recursos financeiros), financiam o abastecimento a preços acima do mercado e garantem a compra do estoque pescado, fruto do trabalho dos pescadores, naturalmente, a um preço baixo. Os pescadores têm consciência que essa rede de relacionamento comercial é bastante imperfeita, já que a forte dependência da massa de pescadores em relação aos poucos frigoríficos é latente.

Naturalmente, alguns pescadores têm embarcação própria, mas o sistema produtivo apresenta uma maior concentração no processo organizacional desigual. Relatos indicaram que os desequilíbrios históricos oriundos das relações que compõem essa rede, após terem provocado grandes prejuízos, parecem ter induzido alguns atores a certa reação. Segundo informações, alguns pescadores começam a esboçar algumas reações importantes, mesmo sendo vistas como pontuais e isoladas. A pressão dos custos provocada pelos fornecedores que abastecem as embarcações está obrigando os pescadores a conduzir alguma forma de organização, mesmo que informal e rudimentar. Um exemplo citado é o caso do gelo, um insumo muito necessário na atividade. Com o preço local agravado em 50%, comparativamente ao preço dos frigoríficos na cidade de Campos dos Goytacazes, já se iniciou um movimento de compra conjunta desse mesmo insumo na cidade vizinha. Hoje, chegam aos pescadores locais em torno de 14 toneladas de gelo por semana vindas de uma distância de 42 quilômetros a um preço 50% menor, o que só é possível em função da cooperação entre esses atores.

Outra preocupação fora do contexto econômico mais direto, também representou motivo de preocupação para esses trabalhadores. Mesmo praticando algumas arbitrariedades ambientais, ficou caracterizado um consenso entre o grupo de

que é preciso uma política bem integrada a respeito do combate à redução das espécies pesqueiras, e ao seu volume.

Observação importante, fruto do conhecimento prático desses atores, indicou que a definição do atual período para o defeso obrigatório não possibilita o cumprimento do objetivo fundamental do programa que é a proteção do estoque pesqueiro. Segundo eles, um único período para o evento, conforme definição do IBAMA representa uma incoerência já que as diversas regiões do país apresentam características bem diferentes umas das outras.

A orientação desses atores é que cada região deveria ter um período diferente para o defeso, seguindo uma avaliação mais aprimorada. Outra questão não menos importante é a remuneração para o mesmo período. Para esses pescadores, a destinação de um salário mínimo por mês ao longo de três meses é incompatível com a atividade local. Alertam que se faz necessário um melhor planejamento, de maneira que as regras do programa possam ser respeitadas de fato.

Apesar de conduzir algumas ações na contramão da questão ambiental, o grupo demonstrou forte preocupação em relação ao futuro. Não hesitaram em denunciar o desleixo do poder público em relação ao descarte de óleo das embarcações no leito do rio e no mar, apesar de alertado em diversos momentos.

Os próprios pescadores, segundo eles, já solicitaram às autoridades a colocação de latões ao longo da orla do canal da CEAB, para que o óleo possa ser descartado e conduzido a um destino mais adequado. Segundo o grupo, o desinteresse do poder público pela questão é o fator que alimenta a prática do descarte de aproximadamente 1.000 litros de óleo por mês no canal, fato que poderá inviabilizar este sistema hídrico tão importante num prazo médio de tempo.

Em adição às informações, reafirmaram que a atividade pesqueira local opera com um quantitativo de trezentos e cinquenta barcos e um contingente de aproximadamente 1.500 pescadores artesanais.

Complementarmente aos encontros de campo envolvendo as marisqueiras e os pescadores, o processo de abordagem coletiva sistematizou importantes informações sobre os diversos agentes participantes da cadeia de produção local.

As atividades identificadas a montante do processo de captura do pescado foram as seguintes:

- **Construção e reparo de embarcações marítimas:** trata-se de organizações compostas por carpinteiros artesanais, algumas funcionando totalmente na informalidade, que, a despeito do fato de deterem bons conhecimentos práticos, não conseguem imprimir um nível básico de organização necessário ao crescimento da atividade. A desorganização desses agentes acaba impondo-lhes restrições de financiamento, tanto para aquisição dos insumos utilizados, quanto para o financiamento de bens permanentes. Outros problemas de ordem administrativa e social também estão

presentes, seja no âmbito do gerenciamento do caixa, controle dos estoques, contas a pagar, contas a receber, prazos de entrega das encomendas etc., seja no âmbito das relações trabalhistas, de segurança no trabalho, de treinamento de pessoal, etc.

• **Indústrias de equipamentos e componentes para pesca marítima:** essas empresas, apesar de comporem a cadeia como fornecedores de equipamentos e componentes para a pesca se localizam fora do sistema. O processo de abastecimento aos pescadores, normalmente é feito por intermédio de agentes informais, num contexto de competição oligopolizada, o que acaba por contribuir para o aprofundamento de distorções competitivas, que se refletem no achatamento da renda dos pescadores.

As atividades identificadas a jusante do processo de captura do pescado foram as seguintes:

• **Organizações comerciais atacadistas:** Na região pesquisada, esses poucos agentes não se constituem, verdadeiramente, como empresas formais na visão mais tradicional. Observa-se claramente um ambiente de informalidade nessas relações, já que uma parcela tem sua localização no interior do sistema e outra parcela se localiza fora do sistema. A relação comercial é perversa, pois o processo concorrencial é caracterizado por um oligopsônio (um pequeno número de compradores determina o preço de forma unilateral, sem que os muitos vendedores possam reagir). Esta prática, no âmbito da distribuição, se assemelha com a prática no âmbito do fornecimento de insumos e transforma o processo de captura do pescado numa atividade desmotivadora. Como consequência, verifica-se que o produto do trabalho no estágio da captura do pescado detém um baixo valor, em função, exatamente, da pressão estabelecida, tanto na ponta do fornecimento, quanto na ponta da distribuição.

• **Indústrias de processamento do pescado:** Essas empresas têm uma pequena participação no consumo de pescado no estado do Rio de Janeiro. As poucas indústrias estão fora do sistema pesquisado, já que suas instalações estão localizadas nos municípios de Niterói e São Gonçalo. Diante da inexistência de um conjunto mais amplo de unidades processadoras do pescado, fica materializada a forma tradicional de escoamento desse recurso, ou seja, o comércio de peixe fresco nos mercados das grandes cidades.

Constatadas as dificuldades encontradas no município de São João da Barra, pode-se observar que gargalos como a falta de participação das colônias de pescadores, dificuldade de acesso ao crédito, processo exagerado de sobre pesca e inserção de grandes embarcações industriais na costa não são exclusividade deste município. Essas ocorrências estão presentes também no estado do Pará e em outros estados da costa brasileira (SANTOS, 2005).

Considerações finais

O presente trabalho investigou a atividade de pesca artesanal em Atafona – São João da Barra, especificamente, os seus aspectos socioeconômicos e os elementos da organização produtiva a partir dos conceitos de cadeia de produção. Indicativos da abordagem baseada no método da Pesquisa-Ação apontaram para uma organização produtiva desigual, já que o pescador se apresenta sempre fragilizado em relação aos seus fornecedores e aos seus clientes finais. Essa assimetria no processo de trocas tem refletido no empobrecimento dos pescadores que precisam gerar uma produção cada vez maior e, por consequência, alimenta a sobrepesca. Outro elemento preocupante é a concorrência imposta por barcos que praticam a pesca profissional e que arrastam na costa, capturando um volume desproporcional de peixes adultos e em desenvolvimento. Complementarmente, o despejo dos pescadores e comunidade litorânea em relação ao meio ambiente, possibilita uma grande poluição que afeta o desenvolvimento das espécies e dificulta a pesca futura. Esse ambiente ainda apresenta uma cultura antiooperação, fruto de experiências passadas, em que os pescadores serviram de instrumentos para interesses alheios. Em função dessa trajetória, verifica-se no presente uma configuração produtiva importante, por sua característica histórica, porém decadente em termos de volume de produção, o que empobrece o ator principal e seus familiares que não contam com outras opções de trabalho. Por conseguinte, a ausência de políticas públicas de cunho estratégico não permite uma condição de maior equilíbrio, tanto econômico como ambiental, no médio prazo.

Referências

- BATALHA, M. et. al. *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 1997. v.1.
- CARDOSO, E. et. al. Os circuitos econômicos do pescado em Santa Maria. *Geografia*, v. 15, n.2 jul/dez.2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>> Acesso em: 26 maio 2011.
- DA SILVA, L. C. *Cadeia Produtiva de Produtos Agrícolas*. Monografia - Universidade Federal do Espírito Santo. UFES. Departamento de Engenharia Rural, 2005. 10 p.
- IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: maio 2011.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: maio 2011.
- MOREIRA, S. et al. *Um Estudo Exploratório da Cadeia Produtiva da recapagem de Pneus*. 2010. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/artigos_melhores.php?evento=5>. Acesso em: 15 abr. 2011.
- MORVAN, Y. *Fondements d'économie industrielle*. Paris: Economica, 1988.

MILES, E.; SNOW C. Organization theory and supply chain management: an evolving research perspective. *Journal of Operations Management*, v. 25, p. 459-463, 2007.

OSCAR, J. Apontamentos para a história de São João da Barra. *Jornal São João da Barra*, n. 46, p. 01-08, set. 1999.

SÁ, C. A.A. Apontamentos para a história de São João da Barra. *Jornal São João da Barra*, n. 46, p. 01-08, set. 1999.

SANTOS, Marcos Antônio Souza et al. A cadeia produtiva da pesca artesanal no Estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. *Ciência & Desenvolvimento*, Belém. Amazônia, v.1, n.1, 2005.

SLACK, N. et al. *Administração da Produção*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez, 2002.

Artigo recebido em: 26 maio 2011

Aceito para publicação em: 7 fev. 2012